

## O NACIONALISMO DO GOVERNO VARGAS ENTRE 1930 E 1945 E A QUESTÃO DAS COLÔNIAS ALEMÃES

Joaquim A. T. Ribeiro\*

O governo Vargas, entre 1930 e 1945, foi marcado por uma nítida perspectiva nacionalista, cuja face mais explícita ganhou expressão num conjunto de discursos e pronunciamentos, nos quais pontificava a defesa e valorização da nação e da nacionalidade. No plano das ações concretas, a materialização desse discurso encontrou, na área cultural e educacional, um espaço de expressão privilegiado. Um ponto de vista favorável à sua compreensão é o que observa essa realidade como parte de uma moldura histórica, em cuja dinâmica é possível destacar três aspectos: a demanda pelo desenvolvimento econômico nacional de base industrialista; a busca pela recomposição da unidade e da estabilidade política nacional, fraturada em 1930; e a preservação da soberania nacional no relacionamento com as forças políticas e econômicas internacionais. Não só o caráter do *nacionalismo*, mas também as políticas setoriais emanadas do governo, nesse período, adquirem lógica na medida em que analisadas na relação com esses aspectos.

A política externa, por exemplo, objeto de muitas polêmicas em face do seu caráter estratégico e de sua condução aparentemente contraditória, orientou-se por um sentido pragmático, cuja lógica articulava-se tanto aos objetivos de desenvolvimento quanto aos de preservação da autonomia nacional. Num quadro internacional, marcado pelo avanço de tendências belicistas, ela esteve em plena consonância com esses objetivos, orientada à negociação simultânea e aproximação pendular à Alemanha e EUA. Este é um ângulo de visão privilegiado para a compreensão da aparente vacilação e sinuosidade da diplomacia brasileira, nesse período. É também sob este ângulo que se pode entender, com maior precisão, as medidas adotadas pelo governo brasileiro, em 1938, relacionadas às colônias estrangeiras existentes no país. Normalmente interpretada no contexto das relações externas do Brasil, esta questão tem sido tratada sob um enfoque no qual são realçadas suas prováveis conseqüências, freqüentemente confundidas como causas. Neste sentido, a ação de controle e enquadramento das colônias estrangeiras

existentes no país, seria interpretada como parte do processo de declínio e rompimento das relações entre Brasil e Alemanha, nos marcos da conjuntura do pré-guerra, do crescimento da influência internacional do nazi-fascismo e do comprometimento brasileiro com as forças aliadas.<sup>1</sup> Esta interpretação parece, no entanto, chocar-se com os fatos. As medidas em questão estão configuradas numa série de decretos leis como o DL 383 de 18/4/38, que proíbe o exercício de atividade política aos estrangeiros radicados no Brasil. Mas, são, no seu conjunto, principalmente, medidas de controle e direcionamento cultural - embora também políticas - como a nacionalização do ensino, a proibição do uso institucional de línguas que não o português e a proibição à imprensa em língua estrangeira. Era comum, principalmente entre as colônias alemãs e italianas, a existência de escolas cujo ensino era ministrado no idioma de origem, o que também ocorria com parte de órgãos de imprensa que circulavam nessas colônias. Festas, datas comemorativas, indumentária, hábitos alimentares, remetiam à evocação de memórias cuja origem localizava-se para além das fronteiras físicas e histórico-culturais nacionais. Foi a todo este conjunto de aspectos que as medidas do governo brasileiro procuraram atingir. É possível que elas tenham repercutido de forma mais contundente sobre as colônias alemãs e italianas, que se organizavam com forte dose de autonomia e mantinham-se em isolamento social e territorial, adquirindo a dimensão de verdadeiros enclaves culturais em território brasileiro.

O problema com as interpretações que analisam essa questão a partir do declínio das relações com os países sob regime nazi-fascista, principalmente a Alemanha, é que, em 1938, o Brasil ainda mantinha relações políticas e comerciais normais com essas nações, o que, inclusive, se manteve por mais alguns anos. Brasil e Alemanha, não fazia muito tempo, haviam elevado suas representações ao nível de embaixada, figurando esta entre seus principais parceiros econômicos. E não só o intercâmbio comercial era expressivo. Havia no plano militar uma série de acordos e atividades conjuntas, com perspectivas de continuidade e ampliação. Abria-se ainda uma possibilidade de colaboração alemã na realização do plano siderúrgico nacional, aspecto central e indispensável ao processo de industrialização do país.

Por outro lado, atribui-se ao momento da chegada de Oswaldo Aranha ao MRE, conhecido como um liberal americanista, uma inflexão na política externa brasileira, que seria responsável pela maior aproximação aos países do campo democrático e conseqüente esfriamento das relações com os do campo nazi-fascista. O desencadeamento das pressões sobre as colônias seria uma decorrência dessa inflexão. A esta interpretação pode-se contrapor, no entanto, a mudança do regime à direita, ocorrida em 1937, e seu rompimento radical com os princípios liberais democráticos. Além disso, como se sabe, o Brasil manteve, ainda por mais alguns anos, relações normais com a Alemanha, e buscou até o último momento manter-se neutro em relação ao conflito entre as potências.

A década de 1930 havia testemunhado um crescente relacionamento entre Brasil e Alemanha, não ocorrendo até 1938, quando foram tomadas as medidas em questão, fato novo que pudesse gerar alterações nessas relações e justificar tais medidas. Quanto à questão do nazismo - caso fosse essa a origem dos problemas entre os dois países - cabe verificar que sua ascensão ao poder na Alemanha havia ocorrido em 1933, anterior portanto ao período de maior aproximação entre as duas nações. Em 1936, quando as relações diplomáticas são elevadas ao nível de embaixada e vários acordos são negociados, o nazismo alemão, assim como o fascismo italiano, já ostentava seu perfil totalitário e imperialista. Embora pudesse representar ameaça aos interesses nacionais, ele era objeto de simpatias entre influentes segmentos do governo brasileiro. Sem dúvida, tanto o regime nazista alemão, quanto o fascista italiano, traziam consigo a carga da ameaça imperialista, típicas de Estados emergentes sob regime autoritário. Mas, esta é uma consciência que se consolidou somente após a derrota dessas potências. Por outro lado, cabe verificar que países como Inglaterra e EUA, apesar de seu perfil liberal democrático, não eram vistos como inteiramente desprovidos desta mesma carga.

Entre as elites dirigentes brasileiras, a simpatia aos princípios e práticas nazi-fascistas não era necessária e inevitavelmente inferior à simpatia pela democracia liberal. No entanto, embora a questão político-ideológica não fosse desprezível, não era o que, principalmente, estava em jogo para os governantes e que decidiria sobre os caminhos a seguir. Não seria o tipo de

ideologia a abraçar, o regime político mais interessante ou se alemães eram menos confiáveis que os norte-americanos, que determinaria a opção a ser feita. Até porque, o que não faltava ao governo era versatilidade para adotar ou adequar-se a este ou àquele princípio político-ideológico. O que realmente interessava e decidia, naquele momento, era a melhor forma de se alcançar o desenvolvimento econômico nacional com industrialização. Importava também a melhor condição para assegurar a unidade e soberania nacional em face dos vetores internos de instabilidade e em razão das pressões externas, que tencionavam no sentido do engajamento ao lado das potências em confronto. Dobrar-se a estas pressões implicaria em inserir o país num jogo de zonas de influência estratégica, que certamente reforçaria a tendência à dependência econômica e abriria as portas à subordinação política.

A decisão do Brasil de se engajar ao lado dos aliados só ocorreu em 1942, após os acordos para a implantação da siderurgia nacional. Mas, a esta decisão devem ser relacionados uma série de outros aspectos. Em primeiro lugar, naquela altura da guerra, o cenário parecia mais definido, e ficar ao lado dos vencedores seria uma medida de boa estratégia. Do ponto de vista da afirmação da soberania nacional, essa decisão representava uma reação - sintomaticamente tardia - aos sucessivos ataques a navios de bandeira brasileira. No plano da política interna, ela atendia ao crescente clamor da opinião pública pelo engajamento ao lado das forças aliadas. Ao absorver essas pressões, o governo agia pragmaticamente, não só colocando-se no campo ideológico das forças internacionais àquela altura com maior possibilidade de vitória, como também, neutralizando os novos vetores de oposição e instabilidade política interna. Por fim, produzia-se um novo cenário político, mais favorável à sua permanência no poder. Note-se que, no momento em que se altera a configuração política nacional e internacional, o governo reafirma sua versatilidade. Por um lado, atrai forças políticas emergentes no plano interno, por outro, busca adequar seu discurso às novas tendências dominantes no cenário internacional, que vieram a constituir os dois pólos do novo momento histórico que se inicia após a Segunda Grande Guerra.

No que concerne a um aspecto mais diretamente relacionado ao problema das colônias, as imigrações, não se nota alterações no seu fluxo que pudessem indicar a influência das medidas em questão. Em 1925 entraram

7.175 alemães, num total de 82547 imigrantes, ou seja 8,6% deste total. Em 1930 estes números atingem 4.180 alemães para um total de 62.610 imigrantes, significando 6,6%. Em 1939 foram 1.975 alemães num contingente total de 22.668, ou seja 8,7% do total.<sup>2</sup> As taxas percentuais, entre 1925 e 1939, estiveram sempre oscilando em torno destes valores. A relativa estabilidade desta taxa aliada à redução dos números absolutos totais de imigrantes, evidencia que, quaisquer que tenham sido os fatores responsáveis pela sua redução absoluta, eles atingiram ao movimento imigrante em seu conjunto e não especificamente aos de origem alemã.

Somente em 1940, ocorre uma queda desproporcional na imigração alemã, quando esta atingiu uma taxa de 5,3% do total. Neste ano, mais do que redução do contingente de imigrantes alemães, o que houve foi o crescimento da imigração no seu conjunto (19.388, em 1938; 22.668, em 1939; 33.285, em 1940). Ainda assim, o número absoluto (1.783 imigrantes alemães) manteve-se no patamar da década (em 1936, por exemplo, ano em que são abertas embaixadas nas duas capitais, entrou no Brasil um número inferior a este: 1.226 alemães). Cabe registrar que, a esta altura, e desde 1939, a guerra encontra-se em pleno desenvolvimento e tanto Alemanha quanto Itália vinham, já há alguns anos, experimentando importante crescimento industrial. Esses fatores, evidentemente, não deixaram de implicar em desestímulo natural à emigração. Reforçou esta tendência o esforço de guerra, desenvolvido por estas nações, que exigia grandes contingentes militares. Em decorrência dessas demandas, os governos alemão e italiano desencadearam uma política de repatriamento, com base na promessa de emprego e algumas facilidades como passagens e algum suporte material. Chamadas foram amplamente divulgadas em órgãos da imprensa brasileira convidando os membros destas nações a retornarem a seus países. Informações do Ministério do Exterior alemão dão conta de que teriam retornado, entre 1937 e 1938, 2.481 alemães provenientes do Brasil.<sup>3</sup> Note-se que a maior parte do período a que estes números se referem é anterior às medidas tomadas no decorrer de 1938, o que permite concluir que, antes mesmo dessas medidas, a corrente de repatriamento já apresentava números expressivos.

É preciso notar ainda, que a preocupação com a questão dos estrangeiros no Brasil é anterior a 1938 e antecede o período de maior

aproximação entre Brasil e Alemanha. Já em 1934, dois anos antes que os dois países elevassem suas representações ao nível de embaixada, decreto de Vargas procura diferenciar as categorias de estrangeiros entre imigrantes e não-imigrantes, para fins de aplicação de normas de permanência em território nacional. O imigrante passava, então, a depender de uma *Carta de Chamada*, emitida pelas autoridades nacionais para permanecer morando em território brasileiro. A própria constituição de 1934, por seu turno, já estabelecia medidas de contenção e controle das colônias estrangeiras, ao limitar a entrada e fixação em território nacional. De acordo com ela, passava a vigorar um sistema de quotas, cujo limite era fixado em 2% de imigrantes relativamente ao contingente da respectiva nacionalidade existente no Brasil. Por outro lado, a *Lei dos 2/3*, que proibia a contratação de mais de 1/3 de trabalhadores de origem estrangeira, criou sérios problemas para empresas localizadas em regiões de predomínio populacional de imigrantes. Em muitos desses lugares, foi impossível cumprir este dispositivo pela simples ausência de contingente suficiente de brasileiros. Essas medidas foram, também, de natureza genérica, indiscriminada, atingindo as imigrações e colônias estrangeiras no seu conjunto e certamente explicam, ao menos em parte, a redução absoluta do fluxo migratório.

Quanto à proibição de atividades políticas dos estrangeiros radicados no Brasil, contida no DL 383, de 18/4/38, e interpretada como parte da política anti-alemã, ou anti-nazista, cabe lembrar que restrições desta natureza foram típicas do período, já que o país vivia sob um regime de ditadura. Essas restrições também foram indiscriminadas, incidindo sobre toda e qualquer pessoa ou agrupamento de origem estrangeira. Mais do que isto, restrições desta natureza atingiam a maior parte da população brasileira, desde que no país havia sido instaurado o Estado Novo.

Em resumo, não é sem estranhamento aos fatos que se afirma uma relação causal entre o declínio das relações do Brasil com a Alemanha e as medidas de controle sobre as colônias estrangeiras, tomadas pelo governo brasileiro, em 1938. Em primeiro lugar por que o declínio dessas relações é posterior a 1938 e após essas medidas Brasil e Alemanha continuaram mantendo, ainda por alguns anos, relações normais; em segundo lugar, essas medidas tiveram caráter genérico, alcançando a todas as colônias estrangeiras

existentes no país; um terceiro ponto, que se desdobra do anterior, é que o fluxo imigrante alemão não se alterou proporcionalmente ao total de imigrantes, no período imediato, em que pese a existência de uma curva descendente nesse total; por último, e não menos importante, está o fato de que medidas nacionais de restrição à imigração e controle de estrangeiros vinham ocorrendo muito antes de 1938, e conviveram, durante anos, com a normalidade e, inclusive, o aprofundamento das relações entre Brasil e Alemanha.

Uma abordagem mais favorável à compreensão destes acontecimentos é a que os situam como parte de um conjunto maior de medidas, emanadas do governo a partir de 1930, voltadas à afirmação de um projeto de nação e do sentimento de nacionalidade. São medidas setoriais, fundamentalmente relacionadas à área cultural e educacional, que obedecem ao eixo comum de construção e consolidação de valores nacionais. Elas foram materializadas em ações ligadas ao tema do patrimônio histórico e artístico nacional, à questão do ensino público e gratuito, às raízes folclóricas brasileiras, à música e ao cinema nacionais, ao estabelecimento de instrumentos amplos de disseminação de idéias e valores, como a difusão radiofônica e a instituição de órgãos de imprensa. Entre estes últimos figuraram o suplemento literário do jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política*, publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.<sup>4</sup> A própria criação e funcionamento do DIP, embora seu escopo não se limitasse ao espectro cultural e educacional, não pode ser plenamente entendido se não for considerado, também, sob o ponto de vista da questão nacional.

O sentido mais geral desse conjunto de medidas esteve, por sua vez, articulado à dinâmica de comprometimento e capacitação da população em relação a três objetivos principais: recomposição e consolidação da unidade política nacional; modernização da sociedade pelo desenvolvimento industrial; e valorização e garantia da soberania nacional. Nesse sentido, cabe destacar o papel desempenhado pelos meios educacionais, culturais e de comunicação, que estiveram estrategicamente associados ao cumprimento destes objetivos, através do esforço de padronização dos valores culturais, lingüísticos e étnicos nacionais.

No plano da identidade étnica, as formulações de Gilberto Freire cumpriram um papel de realce, ao propor a identificação e valorização do

*brasileiro* como fruto da mestiçagem entre o negro, o branco e o índio. Como se sabe, concepções anteriores localizavam na influência do índio e do negro, um obstáculo ao estabelecimento de uma civilização avançada nos trópicos e propunham o branqueamento da raça, argumento que formou entre os fatores que, desde o Império, inspiraram as políticas de imigração. Freire, ao valorizar o mestiço como *tipo brasileiro*, contribuiu para libertar a auto-estima nacional do sentimento de inferioridade e pessimismo cultural que a constrangia.

A formulação de Freire, ao esvaziar o mito da superioridade racial branca e seu papel na construção do progresso nacional, certamente serviu como substrato ao pensamento que gerou as ações de nacionalização e controle das colônias. Não se pode esquecer, como já mencionado acima, que em muitas dessas colônias o idioma falado era o de origem, escolas não ensinavam o português mas o alemão, e em alemão, e parte da imprensa local era redigida em língua de origem. Entidades culturais, datas comemorativas, folclore e festas eram de forma geral associados às tradições alemãs. Algumas colônias estrangeiras, como já mencionado, constituíam verdadeiros enclaves culturais em território nacional. Face a esta realidade e à necessidade de homogeneização e padronização cultural, é que foi acionada uma política específica para as nacionalidades, nos anos 30. Foram proibidos o ensino e a imprensa em língua estrangeira e associações culturais foram fechadas. A naturalização foi o corolário destas medidas e ela não deixou de ser apresentada aos colonos estrangeiros, nos anos seguintes.

A ação governamental não se restringiu a medidas proibitivas. Ao contrário, ela foi principalmente positiva. A língua nacional, o folclore e o patrimônio cultural, foram valorizados como elementos de afirmação nacional, de homogeneização cultural e capacitação da população para os novos tempos de modernização industrial que então se buscava. A valorização do idioma e da cultura nacionais ganhou expressão ampla e sistemática na reforma educacional de Capanema, que introduziu uma série de novidades no sistema de ensino. Dentre elas estava a ampliação do curso primário e a instituição de um nível ginásial e científico adequados aos objetivos da sofisticação tecnológica e da modernização industrial. Foram criados neste período o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Instituto Nacional de Cinema

Educativo. Não menos representativo foi o trabalho desenvolvido por Vilas Lobos, de resgate e valorização do folclore nacional através do estímulo e disseminação do Canto Orfeônico. É desta época, também, a influência exercida pelo poder público, através de Pedro Ernesto, sobre as escolas de samba do Rio de Janeiro, no sentido de que estas entidades apresentassem em seus desfiles apenas temas evocativos dos valores da nacionalidade. Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, cuja competência, segundo projeto original de Mário de Andrade, era "determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional".

Em resumo, mesmo que as ações de controle e enquadramento das colônias estrangeiras existentes no Brasil repercutissem nas relações com a Alemanha, este não seria o ângulo mais apropriado para seu entendimento, o que implicaria em confundir suas prováveis conseqüências com razões de ordem causal. Essas medidas devem ser compreendidas a partir do conjunto de ações de homogeneização cultural e formação educacional da população brasileira, empreendidas pelo governo federal, a partir de 1930, nos marcos de um projeto de reconstrução de unidade e estabilidade política interna e de desenvolvimento com modernização industrial e soberania nacional.

### Notas

- \* Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- 1 Ver, entre outros, Bieber, Leon. "Brasil e Europa: um relacionamento flutuante e sem estratégia". In: Cervo, Luiz A. *O desafio internacional*. Brasília, Editora UNB, 1994 e Seitenfus, Ricardo A. S. "O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e Alemanha, 1930-1942". In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Editora UNB, 1980.
- 2 Dados do Departamento Nacional de Imigração
- 3 Conforme Kothe, Mercedes. "Diplomacia entre o Brasil e a Alemanha na década de 1930". In: Menezes, Albene M.F. e Kothe, Mercedes G. organizadoras, "Brasil e Alemanha, 1827-1997, perspectivas históricas". Brasília, Thesaurus, 1997.
- 4 A este respeito verificar Gomes, Angela C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.